

1 **RESUMO EXECUTIVO DA ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2016**

2 **Data:** 17 de março de 2016

3 **Horário:** 9h00

4 **Local:** Auditório da Secretaria de Agricultura e Abastecimento – Praça Ramos de Azevedo, 254
5 - Centro - SP

6 **Conselheiros presentes conforme lista de presença arquivada na Secretaria Executiva:**

7 **SEGMENTO ESTADO**

8	Amauri Pollachi	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
9	Carlos Eduardo Nascimento	Empresa Metropolitana de Águas e Energia – EMAE
10	Claudia Helena Leite	EMPLASA
11	Gilson Gonçalves Guimarães	CETESB
12	Jefferson Alexandro Smario	Casa Militar (Defesa Civil)
13	Laura Stela Naliato Perez	Secretaria do Meio Ambiente
14	Leila Tendrih	Secretaria de Planejamento e Gestão
15	Leticia Roberta Trombeta	EMPLASA
16	Marcelo Poci Bandeira	Secretaria de Logística e Transportes / Dep. Hidroviário
17	Mônica Therezinha B. Rossi	CDHU
18	Priscila Ikematsu	Instituto de Pesquisa Tecnológica - IPT
19	Seica Ono	Departamento de Água e Energia Elétrica – DAEE
20	Sérgio Luiz Damiani	Secretaria Estadual de Educação
21	Silvana Maria Franco Margatho	Secretaria da Agricultura e Abastecimento
22	Hélio Rubens G. Figueiredo	SABESP

23
24 **SEGMENTO MUNICÍPIOS**

25	Antônio Carlos Nery Pinho	Mairiporã
26	Benedito Rafael da Silva	Salesópolis
27	Edson José de Barros	Guarulhos
28	Elisângela Dias	Jandira
29	Vanessa Cristina D.Apolinário	Santana de Parnaíba
30	João Carlos Piscirilli Ramos	Embu das Artes
31	Karin Kelly da Silva	Ribeirão Pires
32	Leticia de Fátima Moraes	Suzano
33	Magner Alandey Dantas da Silva	Santo André
34	Marco Antonio Palermo	São Paulo
35	Marcos Antonio Dantas Moura	Barueri

36
37 **SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL**

38	Cristiane Lima Cortez	FECOMERCIO-SP
39	Danilo Henrique Stavro Duarte	CIESP São Bernardo do Campo
40	Dênis Duck	SASP – Sindicato dos Arquitetos de São Paulo
41	Francisca Adalgisa da Silva	APU
42	Francisco de Assis R. Além	CIESP São Paulo
43	Francisco Silveira Mello Filho	SINDAREIA
44	Hillmann Carlos Henrique Albrecht	CIESP Cotia

45	José Roberto Terassi	ACISE
46	Olavo Sachs Prates	AE SABESP
47	Osni de Mello	SINDIPEDRAS
48	Ronaldo Sérgio Vasques	FIESP
49	Shindi Kiyota	UNIÁGUA
50	Vanessa Lima Nunes Dias	SINDUSCON

51

52 **AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS**

53	Claudette Hahn	Fundação Florestal
54	Edésio Gersel Brancatti Rocca	SENAI
55	Elias Zitune	SECOVI
56	Jaderson José Spina	Santana de Parnaíba
57	Laura Gonçalves	CIESP Distrital Oeste
58	Romeu Baptista Pereira Lemos	Guarulhos
59	Sergio Antônio da Silva	SABESP
60	Silene Bueno de Godoy Purificação	SENAC

61

62 **1. Abertura:** O Sr. Benedito Rafael da Silva, Presidente do CBH-AT, abriu a reunião em
63 segunda chamada após constatar a existência de *quórum*, agradecendo à Secretaria de
64 Agricultura e Abastecimento pela cessão do espaço, em especial a Silvana Margatho,
65 representante da Secretaria no CBH-AT. **2. Leitura, discussão e votação da ata da 1ª**
66 **Reunião Plenária Extraordinária de 2016, realizada em 12/02/16:** O Secretário, Amauri
67 Pollachi, solicitou dispensa da leitura e submeteu a ata à apreciação. Aberto as intervenções,
68 Roberto Terassi (ACISE) solicitou que constasse na ata, a distribuição do material da imprensa
69 com notificações sobre à AGEVAP em relação a Polícia Federal. Informou também que o
70 modelo que se tem como referência da AGEVAP, consta um item equivalente (item 4.2), que
71 já apontava a contratação de uma empresa. Amauri informou que a menção solicitada consta
72 na linha 133: “...*esclareceu ainda que a AGEVAP, Agência do Comitê da Paraíba do Sul*
73 *(CEIVAP), faz parte das notícias policiais...*”. Terassi solicitou que colocasse na ata que foi
74 distribuído ao Plenário tal informativo e não somente a menção. Terassi enfatizou ainda que,
75 como membro da Câmara Técnica de Planejamento e Articulação - CTPA, informou que o item
76 4.2 do Edital da AGEVAP foi transcrito literalmente no documento que está sendo elaborado
77 pela referida Câmara, no que diz respeito ao Edital, que estabelece critérios para selecionar o
78 Diretor Presidente da FABHAT. Finalizada as observações, a ata foi aprovada. **3. Expediente,**
79 **Comunicações e Ordem do Dia:** Amauri Pollachi informou a síntese dos expedientes de maior
80 relevância da Secretaria Executiva, a seguir: (i) Solicitação da CETESB de manifestação do
81 CBH-AT sobre o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental
82 (EIA/RIMA) do empreendimento: “Ampliação da Atividade de Extração de Granito da
83 Mineradora Pedrix no município de Caieiras” e sobre a Compensação Ambiental, a ser
84 realizada pela empresa “Encontro Administradora de Imóveis Próprios Ltda”, no município de
85 Embu Guaçu. Informou que ambos assuntos foram encaminhados ao Grupo de Trabalho
86 Consultas Ambientais – (GTCA) para análise e posterior encaminhamento à CTPA e Plenário
87 do CBH-AT; (ii) Ofício Recebido do Ministério Público a respeito da participação da Sociedade
88 Civil e dos usuários e a forma que essa representação é feita no Comitê. Conforme mencionado
89 na Plenária anterior, outro documento, de teor praticamente idêntico, foi encaminhado ao
90 Comitê do Piracicaba, Capivari e Jundiá - PCJ e também à Secretaria de Saneamento e
91 Recursos Hídricos - SSRH. Como entendimento comum, o assunto foi remetido à SSRH para
92 que ela se pronuncie e encaminhe orientações. Estes documentos referentes ao Inquérito Civil
93 do Ministério Público estão disponibilizados no site do comitê, através do link:

94 <http://www.comiteat.sp.gov.br/index.php/o-comite/expedientes>; (iii) Ofício da Prefeitura de
95 Guarulhos, que solicita um posicionamento do CBH-AT em relação a distribuição do volume de
96 água para abastecimento deste município. Informou que o assunto será remetido à Câmara
97 Técnica de Monitoramento Hidrológico - CTMH, que é constituída por técnicos que podem
98 promover as discussões deste assunto. Finalizando os assuntos mais relevantes, informou
99 sobre os trabalhos das Câmaras Técnicas, mencionando a CTMH, que está preparando um
100 Boletim de Monitoramento Hidrológico e que será objeto de exposição a todos. Comentou que
101 a CTPA está finalizando o Edital, que estabelece critérios para seleção e indicação do Diretor
102 Presidente da FABHAT, portanto, são dois assuntos que podem estar na Pauta da próxima
103 reunião Plenária do CBH-AT. Edson José de Barros (Guarulhos) ressaltou a importância em
104 relação ao documento recebido de Guarulhos, comentando que em 2015, a Região
105 Metropolitana de São Paulo – RMSPP sofreu uma redução de 26,7% no fornecimento e no
106 sistema integrado a redução foi de 26,6%, restando, portanto 0,1%. Disse que Guarulhos teve
107 uma redução de 30. Comentou que na recuperação do sistema de São Paulo, exceto o
108 município de Guarulhos, está com 22,2, o Sistema com 22,5 e Guarulhos com 28,7. Explicou
109 que foi solicitado esclarecimento da SABESP, e foi informado pela mesma que está em estudo.
110 Como agravante, há a necessidade de adquirir outorga, justificando que a água não é alienável,
111 e desde 2013 se tinha um fornecimento superior a 100L/s a menos por habitante refletindo na
112 situação financeira. Informou que o abastecimento em Guarulhos é feito pelos Sistemas Alto
113 Tietê e Cantareira, e as manobras realizadas pela SABESP não são informadas acarretando
114 prejuízo para a população, que, por vezes, fica até 5 dias sem água, em função de uma
115 operação de outorga que não fica claro qual o direito, se a outorga é qualitativa e
116 quantitativamente emitida e de qualquer forma não está sendo seguida para o município de
117 Guarulhos. Concluiu dizendo que quer o esclarecimento do relatório de sustentabilidade da
118 SABESP, uma vez que Guarulhos está sendo discriminado em relação a distribuição de água
119 para consumo. Solicitou encaminhamento desta questão a alguma instância do Comitê, seja
120 Câmara Técnica ou Grupo de Trabalho. Amauri informou que este assunto será encaminhado
121 à Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico - CTMH. Hélio Figueiredo (SABESP) justificou
122 não ser da área técnica para explicar sobre a distribuição de água aos municípios que não são
123 operados pela SABESP, mas a Companhia tem utilizado critérios e que também são discutidos
124 com os municípios mediante regras estabelecidas. Parte de água usada por Guarulhos se dá
125 no Manancial, numa captação que é da SABESP, e existe uma parceria com o município, que
126 é a represa do Engordador. Edson (Guarulhos) questionou que o assunto deverá ser
127 encaminhado para a Câmara de Planejamento e não de Monitoramento, devido envolver
128 assunto de outorga de maneira quantitativa. Seica Ono (DAEE) em esclarecimento a alguns
129 pontos informou que, em relação a captação do reservatório do Engordador, o DAEE, por
130 indisponibilidade hídrica, não atendeu a vazão requerida. Informou também, que conforme
131 solicitação de alteração de ponto para a captação, mencionando o reservatório Jaguari,
132 esclareceu que este reservatório está contido em outra Bacia, portanto a discussão seria na
133 Bacia do Paraíba. Marco Antonio Palermo (São Paulo) informou que primeiramente é
134 necessário examinar quais são as atribuições de cada Câmara Técnica para avaliar o assunto
135 e que em sua opinião são assuntos perfeitamente pertinentes a serem avaliados pela Câmara
136 Técnica de Planejamento, conforme solicitado pelo representante de Guarulhos, durante sua
137 explanação. Disse ainda que pode ser de interesse de várias Câmaras. O Presidente do
138 Comitê, Sr. Benedito Rafael encaminhou o assunto à Câmara Técnica de Planejamento e
139 Articulação e, se necessário, também à Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico.
140 Francisco Piza (FABHAT) comunicou que para resolver de uma vez este caso apresentado por
141 Guarulhos, é necessário fazer a revisão da outorga do Sistema Cantareira, do qual ocorrerá
142 em 2017. Francisco Piza informou que em 07 de março, representou o CBH-AT, participando
143 de uma discussão referente à Revisão da Portaria 2914, sobre a qualidade da água e as metas

144 progressivas de enquadramento de corpos d'água. As discussões referenciavam as metas
145 progressivas e se o Comitê teria condições de acompanhamento ou não. Na elaboração de um
146 Plano Diretor em qualquer Bacia, as metas precisam ser muito bem colocadas e estabelecer
147 muito bem os parâmetros. Essa reunião se deu em várias dimensões, sendo a primeira de
148 caráter técnico, onde foram realizadas algumas apresentações do qual houveram proposições
149 de novos parâmetros e que também houveram questionamentos da CETESB. O Ministério
150 Público quer patrocinar entre as partes, inclusive a adoção dos parâmetros. Após o
151 enquadramento dos corpos d'água, é envolvido o lançamento, portanto as resoluções que estão
152 dentro do Ministério de Meio Ambiente, deverão estar articuladas com a qualidade da água
153 para a população. **4. Assuntos a deliberar: 4.1. Deliberação CBH-AT nº 20, de 17/03/2016 -**
154 **Aprova critérios de hierarquização de empreendimentos para indicações ao FEHIDRO**
155 **em 2016;** devido ausência do coordenador da Câmara Técnica de Gestão de Investimentos,
156 Edésio Rocca (SENAI), o Secretário fez a apresentação da referida Deliberação informando
157 que a Deliberação COFEHIDRO nº 163, de 29 de janeiro de 2016, fixou o valor de R\$
158 6.263.379,66 (seis milhões, duzentos e sessenta e três mil, trezentos e setenta e nove reais e
159 sessenta e seis centavos) os recursos de investimentos, oriundos da compensação financeira
160 por aproveitamentos hidroenergéticos, para indicação do CBH-AT. Comentou também que em
161 relação a cobrança, até 31 de dezembro de 2015, resultou em R\$ 19.941.770,55 (dezenove
162 milhões, novecentos e quarenta e um mil, setecentos e setenta reais e cinquenta e cinco
163 centavos), já deduzidos os custos operacionais da cobrança e o repasse de 10% (dez por cento)
164 do custeio e incluídos os rendimentos de aplicação financeira. Informou sobre o Artigo 3º da
165 Lei 12.183, de 29 de dezembro de 2005, no que se refere às Disposições Transitórias, a
166 destinação obrigatória de 50% dos recursos de investimentos oriundos da cobrança para
167 conservação, proteção e recuperação de mananciais que atendam a área de atuação do CBH-
168 AT. Informou também que as Câmaras Técnicas de Planejamento e Articulação e
169 Monitoramento Hidrológico elaboraram os Editais de pré-qualificação para empreendimentos
170 de demanda induzida, conforme estabelecido no § 3º, artigo 2º, da Deliberação CBH-AT nº
171 18/2015. Todas as outras informações apresentadas sobre a referida Deliberação podem ser
172 acessadas, na íntegra, bem como seus anexos, através do link:
173 <http://www.comiteat.sp.gov.br/index.php/o-comite/deliberacoes-e-mocoes>. Aberto às
174 intervenções, Ronaldo Vasques (FIESP) questionou referente ao Artigo 2º da Deliberação,
175 informando que os empreendimentos para atender as tipologias, de acordo com incisos I e II
176 serão projetos conduzidos pela Agência de Bacia, a FABHAT, e serão isentos de análise pela
177 CTGI. Propôs alteração de texto com base em dois documentos, sendo o primeiro, o Estatuto,
178 que conforme seu Artigo 21, compete às Câmaras Técnicas, estudar, examinar e relatar
179 matérias de suas atribuições e também na Deliberação CBH-AT nº 12/2013, onde foi criada a
180 Câmara Técnica de Gestão de Investimentos - CTGI, em seu Artigo 2º, informa que esta
181 Câmara deve analisar, estudar e se manifestar quanto a programas, obras e ações, pleiteados
182 juntos ao Comitê ou serem executados pela Agência, portanto os projetos mencionados nos
183 incisos I e II da Deliberação nº 20/2016 deverão sim passar pela análise da CTGI e os
184 empreendimentos a serem elaborados pela FABHAT, deverão passar pelo Conselho
185 Deliberativo da Agência. Hélio Rubens (SABESP) informou que a criação e a consolidação de
186 instrumentos básicos para a gestão integrada deve ser prioridade "zero" alegando que estes
187 instrumentos possuem caráter permanente e sugeriu que se deve ter como objetivo, evitar a
188 pulverização da aplicação dos recursos e centralizar na melhoria dos indicadores da Bacia em
189 função do Plano de Bacias. Comparou com a experiência obtida no PCJ, que houve no início,
190 financiamentos de muitos PDC's e de áreas que não repercutiram em melhorias da qualidade
191 da Bacia. Questionou de que forma será feita a operacionalização. De acordo com o calendário
192 contido nesta Deliberação, haverá 40 dias para as comissões analisarem todos os
193 empreendimentos, justificando que o prazo é curto, e que as pessoas que integram as

194 comissões, exercem outras funções. Uma terceira questão levantada foi relacionado ao
195 monitoramento, que tem a ver com a pulverização de recursos, explicando que da forma como
196 está no Edital, é permitido que vários empreendedores apresentem projetos individualizados
197 de monitoramento, correndo o risco de se ter critérios muito diferenciados e problemas nas
198 sequências desses empreendimentos, justificando que o monitoramento deverá ser construído
199 e manter um processo de continuidade. Comparando ao PCJ, informou que o processo de
200 monitoramento está acoplado a uma estrutura permanente, que é a sala de situação do DAEE.
201 Comentou que o Comitê pode obter uma parceria e uma gestão integrada das informações e
202 ganhar tempo. Marco Antonio Palermo (São Paulo) primeiramente parabenizou a qualidade dos
203 Editais e observou, em relação as pontuações dos critérios dos projetos, exemplificando a
204 “avaliação global do empreendimento” alegando que pontuar como: “bem estruturado,
205 estruturado e regular” não são critérios objetivos e sugeriu esclarecer na Deliberação o que é
206 considerado como “bem estruturado” e demais. Carlos Alberto Pinheiro de Souza (ACISE)
207 questionou sobre os projetos que foram considerados habilitados em 2015, e que ficaram na
208 carteira de suplentes, não estão previstos no orçamento em 2016. Informou também que o
209 M.P.O. está voltado para contratação de empresa terceirizada e que isso precisa ser revisto.
210 Também informou em relação ao PCJ, eles fazem um plano de 4 anos para recursos do
211 FEHIDRO, e sugeriu para que a CTGI caminhe em relação a esta questão para ser ter um
212 prazo maior para análise dos projetos e assim poder indicar com mais qualidade. Propôs um
213 critério na Deliberação de pontuar a entidade que participa das instâncias do âmbito do CBH-
214 AT, por serem entidades já envolvidas com assuntos que são prioritários. Bruno Leonel (CIESP)
215 sugeriu um ajuste, no Edital VI, de Resíduos Sólidos, página 2, inserir os “resíduos industriais”;
216 foi inserido. Edson (Guarulhos) informou que há mais de 10 anos vem se trabalhando para
217 obter as Leis Específicas. Explicou que foi feita uma contratação do Instituto de Pesquisas
218 Tecnológicas para elaborar a do Alto Tietê e os sistemas isolados de Guarulhos, porém, não
219 teve continuidade, permanecendo no aguardo de averiguação em conjunto com a Billings e
220 Guarapiranga, que também não houve continuidade, sentindo-se penalizado por não estar
221 contemplado nas Áreas de Preservação de Mananciais – APMs ou Áreas de Proteção e
222 Recuperação de Mananciais – APRM, justificando que a área de abrangência não tem uma Lei
223 Específica, devido não ter sido conduzido pelo Comitê de forma adequada por um grupo.
224 Referente a questão dos resíduos, solicitou maior atenção ao Alto e Baixo Cotia afim de verificar
225 maior pressão que o sistema sofre atualmente, alegando que estamos fechando as portas para
226 as possibilidades de manter qualidade nas APMs e APRMs em uma política “pobre”, onde não
227 é tratado de forma igual os partícipes. Como proposta sugeriu que onde se lê APRM nos Editais,
228 abranjam também as APM’s. Amauri solicitou que o representante de Guarulhos encaminhasse
229 exatamente os locais específicos onde gostaria de fazer a inclusão. Roberto Terassi (ACISE)
230 leu o Inciso IV, do Artigo 7º, da Deliberação: “*O empreendimento proposto deve atender ao
231 menos uma das prioridades elencadas no “Plano da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê – Sumário
232 Executivo – 2009”, em vigência...*” Explanou referente ao Plano estar defasado e informou que
233 não menciona a crise vivenciada em 2014 e fez sua crítica alegando que os critérios estão
234 baseados num Plano defasado e propôs suspensão da Deliberação nº 20/2016, isto é, não
235 indicação de empreendimentos enquanto não houver atualização do Plano da Bacia. João
236 Ramos (Embu das Artes) questionou referente ao critério de contrapartida, pois, muitas vezes,
237 os municípios possuem carência orçamentária e sugeriu isentar a contrapartida financeira para
238 estes municípios. Beatriz Gonçalves Vilerá (Secretaria Executiva do CBH-AT) esclareceu que
239 a questão da contrapartida foi assunto discutido nas reuniões das Câmaras Técnicas e que
240 outros representantes também sugeriram esta questão, porém, esclareceu que o Manual de
241 Procedimentos Operacionais do FEHIDRO – M.P.O. estabelece um valor mínimo de
242 porcentagem de contrapartida para todos os tomadores e em relação aos municípios, a
243 contrapartida varia de acordo com o número de habitantes. Explicou, ainda, que o Manual não

244 exige somente contrapartida financeira, mas também contrapartida não financeira, como mão
 245 de obra do tomador, fornecimento de equipamentos, entre outros itens que possam ser
 246 mensuráveis. João Ramos conclui que ainda há municípios que realmente não possuem o
 247 mínimo estabelecido e que o MPO deve ser revisto. Amauri esclareceu que a revisão do MPO
 248 está sendo realizada pela Fundação Vanzolini, em curso, e estes detalhes estão sendo
 249 discutidos e espera-se que até o final de 2016 o trabalho esteja proposto. Cristiane Cortez
 250 (FECOMÉRCIO) informou que conforme anexo VI da Deliberação, em relação aos municípios,
 251 consta Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e questionou se não deveria contemplar
 252 também o Plano de Saneamento Básico, uma vez que este, por ser mais completo, executa
 253 um diagnóstico melhor adequado. Amauri esclareceu que foi seguido o estabelecido na
 254 Deliberação CBH-AT nº 18/2015, que dentre outras, definiu como demanda induzida a Gestão
 255 de Resíduos Sólidos em Áreas de Mananciais. Laura Stela Naliato Perez (SMA) informou que
 256 nenhum Plano Municipal de Saneamento trata a questão dos resíduos como se determina o
 257 Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. Sugeriu também excluir o item “Planilha
 258 Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro” dos critérios de pontuação, pois ambas devem,
 259 obrigatoriamente, estar completas e bem feitas, se não estiverem, isso deveria ser eliminatório.
 260 Amauri esclareceu que a maior dificuldade foi justamente estabelecer os critérios de pontuação.
 261 Explicou que haverá duas notas: (i) nota técnica, estabelecida pela Câmara Técnica e (ii) nota
 262 administrativa, isto é, verificação da qualidade da planilha orçamentária, se há indicações
 263 canceladas, contratos cancelados, ou seja, será analisado o desempenho gerencial do
 264 Tomador. A nota administrativa possui 3 critérios, que somados resultam em até 30 (trinta)
 265 pontos e serão multiplicadas pelo fator 1,5 (um e meio), ou seja, resultarão em no máximo 45
 266 (quarenta e cinco) pontos. A nota técnica, 10 (dez) pontos, será multiplicada pelo fator 5,5 (cinco
 267 e meio), resultando em no máximo 55 (cinquenta e cinco) pontos. Em cima da soma de ambas
 268 notas, aplica-se o coeficiente: “se é de demanda induzida ou se é de demanda espontânea”.
 269 Explicou que a formulação citada busca caracterizar critérios técnicos, ou seja, privilegiar bons
 270 projetos. Retornando às intervenções, o Presidente Rafael submeteu à votação do Plenário a
 271 proposta feita pelo Roberto Terassi de suspender as indicações de projetos FEHIDRO até a
 272 atualização do Plano da Bacia. A suspensão não foi aprovada pela maioria, tendo apenas três
 273 votos favoráveis e duas abstenções. Em resposta ao questionamento feito pelo Ronaldo sobre
 274 os projetos elaborados pela FABHAT passaram por aprovação do Conselho Deliberativo,
 275 Francisco José de Toledo Piza (Diretor Técnico no exercício da Presidência da FABHAT)
 276 esclareceu que isto já é obrigação dentro das atividades exercidas pela Fundação. Laura Stela
 277 (SMA) informou que há projetos, exemplificando o Plano de Comunicação, que já são pré-
 278 aprovados pelo CBH-AT, portanto não são pontuados justificando não ser necessário passar
 279 pela CTGI. O presidente do CBH-AT apresentou duas propostas: 1) Ajustar a Deliberação
 280 inserindo a proposta do Ronaldo e 2) Manter a Deliberação sem ajustes. Os números de
 281 votações de ambas as propostas se equivaleram. Benedito Rafael desempatou aprovando a
 282 proposta número 1, porém houveram discussões apontando que o desempate feito pelo
 283 presidente, trata-se de um segundo voto, o que vai em desacordo com o Estatuto do CBH-AT,
 284 pois o mesmo não prevê situações de empate. Francisco Piza (FABHAT) solicitou atenção de
 285 todos informando que ambas as propostas se equivalem. Antonio Carlos Nery Pinho (Mairiporã)
 286 concordou com o Piza sugerindo unir as duas propostas. Gilson Gonçalves (CETESB) propôs
 287 a redação, no qual a Beatriz (Secretaria Executiva) ajustou para “*Os empreendimentos*
 288 *definidos nos incisos I e II do artigo 2º da Deliberação CBH-AT nº 18/2015 concernentes às*
 289 *tipologias de demanda induzida abaixo descritas, devem ser avaliados pela CTGI, isentos de*
 290 *pontuação, devendo ser observados os requisitos do MPO e encaminhados para Deliberação*
 291 *em Plenário do CBH-AT”*. O presidente do CBH-AT submeteu a proposta para votação do
 292 Plenário, no qual foi aprovado por unanimidade. Amauri apresentou uma proposta no Artigo 9º
 293 visando priorizar os projetos do ponto de vista técnico, deixando a Nota Técnica com maior

294 peso em relação a Nota Administrativa. Carlos Alberto Pinheiro de Souza (ACISE) fez um
295 questionamento alegando que a Secretaria Executiva altera as informações dos documentos
296 dos quais foram discutidos pelos representantes das Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho.
297 O presidente esclareceu que como o Amauri também é representante, o mesmo pode propor
298 alterações e que as mesmas estavam sendo apresentadas de forma transparente com
299 submissão e aprovação do Plenário. Francisca Adalgisa (APU) informou que “não aceitar” as
300 contribuições dos colegas de trabalho prejudica o andamento dos trabalhos e solicitou ética
301 perante aos comportamentos dos membros para que não se torne algo personalizado. Amauri
302 prosseguiu com a proposta em questão e submeteu ao Plenário para aprovação. Proposta foi
303 aprovada com 6 votos contrários. Amauri prosseguiu com a proposta do Edson (Guarulhos)
304 referente a Restauração Ecológica, de incluir as Áreas de Proteção de Mananciais – APM’s.
305 Após colocado em votação, a proposta foi aprovada por unanimidade. Laura (SMA) esclareceu
306 que em relação ao cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária não deveria entrar
307 como critério de pontuação uma vez que projetos que não apresentem estes documentos nem
308 deveriam ser avaliados. Amauri propôs ajustar a redação de forma: “atende ou não atende”.
309 Colocado em votação, a proposta foi aprovada com 4 votos contrários. Com os ajustes
310 discutidos, e sem mais intervenções, **a Deliberação CBH-AT nº 20/20216 foi aprovada, com**
311 **seus anexos**, e está disponibilizada no site do Comitê através do link:
312 <http://www.comiteat.sp.gov.br/index.php/o-comite/deliberacoes-e-mocoos>. A reunião encerrou-
313 se às 13h30min. Esta ata constitui o resumo dos registros de filmagem da reunião e foi
314 elaborada pela Secretaria Executiva do CBH-AT.